

14/06/2007

TRIBUNAL PLENO

MANDADO DE SEGURANÇA 26.129-3 DISTRITO FEDERAL

RELATOR : **MIN. EROS GRAU**
IMPETRANTE(S) : JOSÉ VERAS DE SIQUEIRA E OUTRO(A/S)
ADVOGADO(A/S) : JOSÉ ITAMAR DE LIMA CARVALHO E
OUTRO(A/S)
IMPETRADO(A/S) : PRESIDENTE DA REPÚBLICA
ADVOGADO(A/S) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

EMENTA: CONSTITUCIONAL. REFORMA AGRÁRIA. DESAPROPRIAÇÃO. MANDADO DE SEGURANÇA. LEGITIMIDADE DO CO-HERDEIRO PARA IMPETRAÇÃO [ART. 1º, § 2º, DA LEI N. 1.533/51]. SAISINE. MÚLTIPLA TITULARIDADE. PROPRIEDADE ÚNICA ATÉ A PARTILHA. ART. 46, § 6º, DO ESTATUTO DA TERRA. FINALIDADE ESTRITAMENTE TRIBUTÁRIA. FINALIDADE DO CADASTRO NO SNCR-INCRA. CONDOMÍNIO. AUSÊNCIA DE REGISTRO IMOBILIÁRIO DE PARTES CERTAS. UNIDADE DE EXPLORAÇÃO ECONÔMICA DO IMÓVEL RURAL. ART. 4º, I, DO ESTATUTO DA TERRA. VIABILIDADE DA DESAPROPRIAÇÃO. ART. 184 DA CONSTITUIÇÃO DO BRASIL.

2. Qualquer dos co-herdeiros é, à luz do que dispõe o art. 1º, § 2º, da Lei n. 1.533/51, parte legítima para a propositura do writ.

3. A saisine torna múltipla apenas a titularidade do imóvel rural, que permanece uma única propriedade até que sobrevenha a partilha [art. 1.791 e parágrafo único do vigente Código Civil].

4. A finalidade do art. 46, § 6º, do Estatuto da Terra [Lei n. 4.504/64] é instrumentar o cálculo do coeficiente de progressividade do Imposto Territorial Rural - ITR. O preceito não deve ser usado como parâmetro de dimensionamento de imóveis rurais destinados à reforma agrária, matéria afeta à Lei n. 8.629/93. Precedente [MS n. 24.573, Relator para o Acórdão o Ministro EROS GRAU, DJ 15.12.2006].

5. A existência de condomínio sobre o imóvel rural não impede a desapropriação-sanção do art. 184 da Constituição do Brasil, cujo alvo é o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social. Precedente [MS n. 24.503, Relator o Ministro MARCO AURÉLIO, DJ de 05.09.2003].

6. O cadastro efetivado pelo SNCR-INCRA possui caráter declaratório e tem por finalidade:

i] o levantamento de dados necessários à aplicação dos critérios de lançamentos fiscais atribuídos ao INCRA e à concessão das isenções a eles relativas, previstas na Constituição e na legislação específica; e



ii] o levantamento sistemático dos imóveis rurais, para conhecimento das condições vigentes na estrutura fundiária das várias regiões do País, visando à provisão de elementos que informem a orientação da política agrícola a ser promovida pelos órgãos competentes.

7. O conceito de imóvel rural do art. 4º, I, do Estatuto da Terra contempla a unidade da exploração econômica do prédio rústico, distanciando-se da noção de propriedade rural. Precedente [MS n. 24.488, Relator o Ministro EROS GRAU, DJ de 03.06.2005].

8. O registro público prevalece nos estritos termos de seu conteúdo, revestido de presunção *iuris tantum*. Não se pode tomar cada parte ideal do condomínio, averbada no registro imobiliário de forma abstrata, como propriedade distinta para fins de reforma agrária. Precedentes [MS n. 22.591, Relator o Ministro MOREIRA ALVES, DJ de 14.11.2003 e MS n. 21.919, Relator o Ministro CELSO DE MELLO, DJ de 06.06.97].

Segurança denegada.

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em Sessão Plenária, sob a Presidência da Senhora Ministra Ellen Gracie, na conformidade da ata de julgamentos e das notas taquigráficas, por maioria de votos, em indeferir a segurança nos termos do voto do relator.

Brasília, 14 de junho de 2007.


EROS GRAU

-

RELATOR

14/06/2007

TRIBUNAL PLENO

MANDADO DE SEGURANÇA 26.129-3 DISTRITO FEDERAL

RELATOR : MIN. EROS GRAU
IMPETRANTE(S) : JOSÉ VERAS DE SIQUEIRA E OUTRO(A/S)
ADVOGADO(A/S) : JOSÉ ITAMAR DE LIMA CARVALHO E
OUTRO(A/S)
IMPETRADO(A/S) : PRESIDENTE DA REPÚBLICA
ADVOGADO(A/S) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

R E L A T Ó R I O

O SENHOR MINISTRO Eros Grau: Trata-se de mandado de segurança impetrado por José Veras de Siqueira e outros contra decreto do Presidente da República, de 15 de agosto de 2006, que declarou de interesse social para fins de reforma agrária o imóvel rural denominado "Fazenda Travessadas, Balança", localizado no Município de Verdejante - PE.

2. Os impetrantes são proprietários de partes ideais do imóvel, adquiridas em virtude de herança deixada por Isaura Batista Veras, falecida em 22.05.1991.

3. Sustentam que as frações ideais consubstanciam unidades autônomas, nos termos do disposto no preceito do art. 46, § 6º, do Estatuto da Terra [Lei n. 4.504/64] e do princípio da *saisine* [art. 1.784 do Código Civil], embora não tenham sido individualizadas no Sistema Nacional de Cadastro Rural do INCRA, nem no respectivo Cartório de Registro de Imóveis.

4. Procedendo-se ao tratamento distinto das partes ideais, o imóvel seria composto de médias propriedades rurais, insuscetíveis de desapropriação à luz do preceito do art. 185, I, da CB/88.

5. Alegam a existência de nulidade no procedimento administrativo prévio instaurado pelo INCRA, uma vez que a notificação para a vistoria do imóvel deu-se apenas na pessoa do cônjuge supérstite, ignorando-se a existência dos descendentes co-herdeiros.
6. Mais, que o INCRA incidiu em erro ao calcular o Grau de Utilização da Terra - GUT e o Grau de Eficiência na Exploração.
7. Requerem, liminarmente, a suspensão dos efeitos do decreto expropriatório, concedendo-se a segurança a final para a sua total anulação.
8. Ausentes o *fumus boni iuris* e o *periculum in mora*, foi indeferido o pedido liminar [fls. 99/101]. Contra essa decisão foi interposto agravo regimental, recebido como pedido de reconsideração, ante o óbice da Súmula n. 622 dessa Corte, mantendo-se o indeferimento da cautela.
9. O Presidente da República, pela Advocacia Geral da União [fls. 123/179], aponta a inexistência de instrumento de mandato dos cônjuges de alguns dos impetrantes, em violação ao disposto no art. 1.647 do Código Civil. Alega a inexistência de "prova inconcussa a demonstrar o direito líquido e certo", uma vez que os impetrantes não comprovam a afirmação de que o imóvel teria sido partilhado entre os herdeiros de Isaura Batista Veras.
10. No mérito, sustenta a impossibilidade de o imóvel rural ser tomado como um conjunto de pequenas propriedades rurais, distintas e individualizadas. Os impetrantes não efetuaram o registro da divisão do imóvel no cartório competente, nem procederam

às alterações necessárias nos arquivos do SNCR-INCRA, nos quais o imóvel permanece inscrito sob cadastro único.

11. Afirma que a divisão física procedida no imóvel, bem assim o ajuizamento do arrolamento sumário de bens de Isaura Batista Veras, falecida em 1991, foram posteriores ao levantamento de dados e do parecer técnico conclusivo do INCRA, datados, respectivamente, de abril e maio de 2006.

12. Mais, que a discussão sobre a produtividade do imóvel exige dilação probatória incompatível com o rito do mandado de segurança.

13. Alega, por fim, a regularidade da notificação atinente a vistoria do imóvel, endereçada ao viúvo-meeiro da Senhora Isaura Batista Veras, único proprietário constante do registro imobiliário e das fichas do SNCR-INCRA.

14. O Procurador-Geral da República opinou pela denegação da ordem [fls. 183/189]. Menciona os precedentes da atual jurisprudência do Supremo, no sentido de que a propriedade e posse da herança deve ser tratada como bem indivisível que é, até que se ultime a partilha, "regendo-se pelas normas relativas ao condomínio", nos termos do art. 1.791, parágrafo único, do Código Civil.

15. Ainda que se admitisse a aplicação do § 6º do art. 46 do Estatuto da Terra, a instrução deficiente do mandado de segurança impede se possa aferir, com objetividade, "a diminuição das medidas das porções individualizadas a ponto de torná-las não sujeitas à expropriação".

16. Sustenta, por fim, a impossibilidade de discussão, na via mandamental, da produtividade do imóvel.

É o relatório.



V O T O

O SENHOR MINISTRO Eros Grau (Relator): Afasto, inicialmente, a preliminar de ausência de representação processual de parte dos impetrantes do presente writ.

2. O presente mandado de segurança foi impetrado pelo viúvo-meeiro e seus doze descendentes, todos condôminos de imóvel rural declarado de interesse social para a reforma agrária. Discute-se, nestes autos, a legalidade do decreto expedido pelo Presidente da República. Foram juntados instrumentos de mandato assinados por todos os impetrantes indicados na petição inicial [fls. 15/18], exceção feita aos cônjuges dos co-herdeiros casados [quatro dos treze impetrantes].

3. A jurisprudência desta Corte é firme no sentido de que qualquer dos co-herdeiros é, à luz do que dispõe o art. 1º, § 2º, da Lei n. 1.533/51¹, parte legítima para a propositura de mandado de segurança [MS n. 24.573, de que fui relator para o acórdão, DJ 15.12.2006].

4. Descabida a extinção do feito sem apreciação do mérito, passo a sua análise.

5. No julgamento do MS n. 24.573 [DJ 15.12.2006] esta Corte alterou a jurisprudência mencionada pelos impetrantes no que tange à interpretação/aplicação de preceitos do Estatuto da Terra e do

¹ "§ 2º Quando o direito ameaçado ou violado couber a várias pessoas, qualquer delas poderá requerer o mandado de segurança."

Código Civil. Reproduzo, nas linhas que seguem, os fundamentos do entendimento hoje prevalecente do Tribunal sobre a matéria.

6. Diz o art. 46, § 6º, do Estatuto da Terra [Lei n. 4.504/64]:

“§ 6º. No caso de imóvel rural em comum por força de herança, as partes ideais, para os fins desta Lei, serão consideradas como se divisão houvesse, devendo ser cadastrada a área que, na partilha, tocaria a cada herdeiro e admitidos os demais dados médios verificados na área total do imóvel rural.”

7. A finalidade objetivada pelo preceito é a de instrumentar o cálculo do coeficiente de progressividade do Imposto Territorial Rural - ITR. Visa-se, assim, a evitar a solidariedade passiva dos condôminos no pagamento do tributo.

8. Isso é confirmado pelo texto do § 6º do art. 50, ainda do Estatuto da Terra, que trata do cálculo do coeficiente de progressividade para as propriedades em condomínio.

9. O art. 24 do decreto n. 55.891/65, de outra banda, ao disciplinar a elaboração dos cálculos, confirma esse entendimento. Respeita à modalidade de cadastramento prevista no § 6º do art. 46 do Estatuto da Terra.

10. A legislação atinente à reforma agrária em nenhum momento faz menção a essa modalidade de cadastramento, de modo que o procedimento previsto no art. 46, § 6º, do Estatuto da Terra, está voltado exclusivamente a fins tributários. Não se presta a ser utilizado como parâmetro do dimensionamento de imóveis rurais destinados à reforma agrária, matéria afeta à Lei n. 8.629/93.

11. Nesse sentido as observações de LINHARES DE LACERDA²: "as partes ideais serão cadastradas como partes ideais, não como partes certas, como a princípio poderia parecer em virtude da alusão à divisão. A divisão de imóvel em comum, ou existe, ou não existe e neste último caso, só se pode falar em parte ideal, pois, o condomínio concernente à herança: I- é considerado por lei uma universalidade; II- é objeto de direitos iguais entre todos os condôminos os quais podem nele usar livremente da coisa conforme seu destino e sobre ela exercer todos os direitos compatíveis com a indivisão".

12. Veja-se que, no MS n. 24.999, Relator o Ministro CARLOS VELLOSO [DJ de 4.2.05], o item III da ementa determina a aplicação do § 6º do art. 46 do Estatuto da Terra "para os fins da desapropriação", definindo de modo equivocado o alcance daquele preceito. Esse entendimento, repito, foi superado quando do julgamento do MS n. 24.573, DJ 15.12.2006.

13. A compreensão de cada texto normativo há de ser sempre operada em conjunto com a dos demais preceitos atinentes à matéria, do que resultará a apreensão do sentido correto da expressão "para os fins desta Lei".

14. Se considerado divisível o imóvel rural, a aplicação do § 6º do art. 46 do Estatuto da Terra autorizaria o INCRA a realizar a vistoria de partes ideais eventualmente improdutivas, desapropriando-as em detrimento do todo que é o imóvel rural.

² A reforma agrária brasileira - Teoria e Prática (Tratado das terras do Brasil). São Paulo, Alba, s.d., pp. 143/144.

15. O preceito do art. 1.784 do Código Civil, ao consagrar o princípio da *saisine*, há de ser compreendido em conúbio com o disposto no art. 1.791 e seu parágrafo único:

"Art. 1.791. A herança defere-se como um todo unitário, ainda que vários sejam os herdeiros.

Parágrafo único. Até a partilha, o direito dos co-herdeiros, quanto à propriedade e posse da herança, será indivisível, e regular-se-á pelas normas relativas ao condomínio."

16. A *saisine* torna múltipla apenas a titularidade do imóvel, que permanece sendo, do ponto de vista objetivo, até que sobrevenha a partilha, uma única propriedade.

17. Coisa distinta da titularidade do imóvel é a sua integridade física como uma só unidade. Ainda que se admita a existência de condomínio, essa unidade não pode ser afastada ou superada quando da apuração da sua área para fins de reforma agrária. Não se pode tomar cada parte ideal como se consubstanciasse, cada uma delas, propriedade distinta das demais.

18. Apenas o registro do imóvel no cartório competente prova, no que concerne à propriedade imobiliária, a titularidade do domínio [art. 252 da Lei n. 6.015/73, na redação a ele conferida pela Lei n. 6.216/75].

19. Protegido por presunção *iuris tantum*, qualquer modificação subjetiva ou objetiva referente ao imóvel há de ser, para que possa resultar dotada de eficácia no mundo jurídico, averbada em sua matrícula. O registro imobiliário prevalece nos estritos termos de seu conteúdo.

20. Nesse sentido a jurisprudência desta Corte, MS n. 21.919, Relator o Ministro CELSO DE MELLO, DJ de 06.06.97 e MS n. 24.503, Relator o Ministro MARCO AURÉLIO, DJ de 05.09.2003.

21. O cadastro efetuado pelo INCRA não é expressão de função notarial. Impossível, destarte, a substituição dos termos do registro imobiliário, revestido de presunção *iuris tantum*, pelo conteúdo das fichas arquivadas no sistema do SNCR-INCRA, cuja razão de ser encontra-se em fundamentos precipuamente tributários, que em nenhum momento prestam-se à mensuração dos prédios rurais.

22. O art. 184 da Constituição do Brasil consigna a expressão "imóvel rural", cujo conceito encontra-se no art. 4º, I, do Estatuto da Terra³, dele distanciando a noção de propriedade rural [MS n. 24.488, Relator o Ministro EROS GRAU, DJ 03.06.2005]. A existência ou não de condomínio sobre o bem passa a ser pormenor inteiramente prescindível para torná-lo suscetível de desapropriação, pois o texto do Estatuto da Terra preza pela unidade da exploração econômica do prédio rústico [MS n. 24.503, Relator o Ministro MARCO AURÉLIO, DJ de 5.9.2003].

23. Não há, no presente caso, qualquer elemento a permitir que a Fazenda "Travessada, Balanças" possa ser tomada como um conjunto de pequenas propriedades rurais, distintas e individualizadas. Os impetrantes não juntam aos autos nenhum documento que comprove a divisão do imóvel, quer fisicamente, quer registrada no cartório competente, quer cadastrada no INCRA. A

³ "Art. 4º Para os efeitos desta Lei, definem-se:

I - "Imóvel Rural", o prédio rústico, de área contínua qualquer que seja a sua localização que se destina à exploração extrativa agrícola, pecuária ou agro-industrial, quer através de planos públicos de valorização, quer através de iniciativa privada;"

deficiência na instrução do mandado de segurança, que exige a prova pré-constituída, impede seja comprovado o direito líquido e certo alegado na inicial.

24. Eventual alteração física do imóvel após a notificação da vistoria não pode, nos termos do disposto no art. 2º, § 4º, da Lei n. 8.629/93, ser tida como juridicamente relevante.

25. No que tange à notificação do proprietário do imóvel para a realização da vistoria, pelo INCRA, vê-se que os registros imobiliários juntados à inicial indicam como proprietários José Veras de Siqueira e Isaura Batista Veras [fls. 19/25], sem qualquer registro de transmissão de metade do imóvel aos descendentes em razão do falecimento desta última, ocorrido em 1991.

26. Note-se, ademais, que o arrolamento sumário dos bens deixados pela de cujus foi ajuizado somente no ano de 2006 [fls. 54], após a vistoria realizada pelo INCRA. A autarquia também não dispunha de qualquer registro do falecimento de Isaura Veras nas fichas arquivadas no Sistema Nacional de Cadastramento Rural. Aqui também a ausência de provas contrárias ao alegado pelo INCRA desfavorece o intento dos impetrantes.

27. Por fim, a impossibilidade de dilação probatória em mandado de segurança torna insuscetível de apreciação questões relativas ao cálculo dos índices de produtividade do imóvel rural [MS n. 24.518, Relator o Ministro CARLOS VELLOSO, DJ 30.04.2004 e MS n. 23.727, Relator o Ministro MAURÍCIO CORRÊA, DJ 20.09.2002]. A eventual nulidade do laudo agrônomo é matéria que pode ser argüida em contestação à ação de desapropriação [art. 9º da LC 76/93].

10

Denego a ordem.

A handwritten signature in black ink, consisting of a series of loops and a long, sweeping tail that extends downwards and to the right.

14/06/2007

TRIBUNAL PLENO

MANDADO DE SEGURANÇA 26.129-3 DISTRITO FEDERALV O T O

O Sr. Ministro **RICARDO LEWANDOWSKI** - Senhora Presidente, também denego a ordem. Pelo que pude perceber, não houve partilha nem de fato, nem de direito.




14/06/2007

TRIBUNAL PLENO

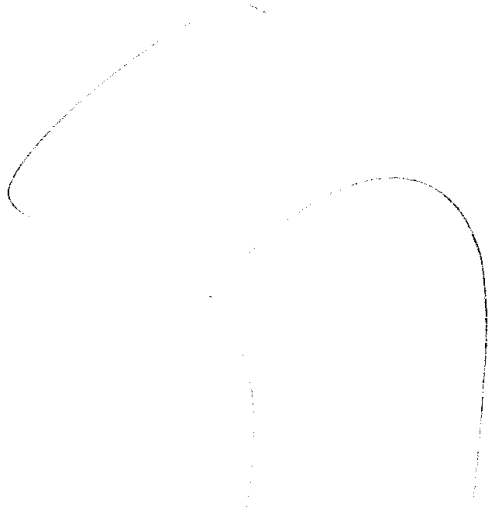
MANDADO DE SEGURANÇA 26.129-3 DISTRITO FEDERAL

VOTO

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO - Senhora Presidente,
também acompanho o voto do eminente Relator, nos termos do precedente do
Mandado de Segurança nº 24.573. 

MANDADO DE SEGURANÇA 26.129-3 DISTRITO FEDERAL**V O T O**

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES - Senhora Presidente, peço vênica ao eminente Relator, mas vou divergir nos termos do voto que proferi naquele precedente já referido, o Mandado de Segurança nº 24.573, na linha da jurisprudência que o Tribunal vinha, até então, adotando.



14/06/2007

TRIBUNAL PLENO

MANDADO DE SEGURANÇA 26.129-3 DISTRITO FEDERAL

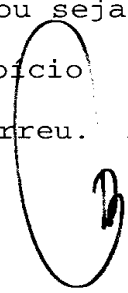
O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - Presidente, surge um fato incontroverso. Considerada a sucessão, há médias propriedades, imunes, portanto, à desapropriação, a menos que declaremos inconstitucional o artigo 1.784 do Código Civil, em vigor, no que repete o artigo 1.552 do Diploma de 1916. Leio o preceito:

Art. 1.784. Aberta a sucessão, a herança transmite-se, desde logo, aos herdeiros legítimos e testamentários.

E, também, o artigo 46, § 6º, do Estatuto da Terra, retratado na Lei nº 4.504/64:

§ 6º No caso de imóvel rural em comum por força de herança, as partes ideais, para os fins desta Lei, serão consideradas como se divisão houvesse, devendo ser cadastrada a área que, na partilha, tocaria a cada herdeiro e admitidos os demais dados médios verificados na área total do imóvel rural.

Não posso deixar de acolher a causa de pedir que está assentada na sucessão. Pouco importa a existência de formal de partilha, pouco importa que esse formal não tenha sido levado ao registro de imóveis. Surgiu uma realidade, por força do artigo 1.784 do Código Civil e, também, do 46, § 6º, da Lei nº 4.504/64, ou seja, várias propriedades, não havendo, portanto, campo propício à desapropriação para efeito de reforma agrária, como ocorreu. A



sucessão, penso, verificou-se antes do início dos trabalhos visando a chegar-se à desapropriação.

Peço vênua ao relator e também àqueles que o acompanharam para subscrever os precedentes anteriores ao mencionado pelo relator, formalizado no Mandado de Segurança nº 24.573, e conceder a ordem.

O SENHOR MINISTRO EROS GRAU (RELATOR): - Ministro Marco Aurélio, apenas uma observação: eu me vali, no meu raciocínio, de uma manifestação sua no Mandado de Segurança nº 24.503, em que Vossa Excelência diz que o texto do Estatuto da Terra preza pela unidade de exploração econômica.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - Sim, Excelência.

O SENHOR MINISTRO EROS GRAU (RELATOR): - É exatamente, no caso, o que houve.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - Nesse caso - estou lembrando - tratava-se de um imóvel em condomínio. O que sustento é que, com o Código Civil, surgiu uma nova realidade, ou seja, a propriedade de várias pessoas e a divisão do próprio imóvel. Concedo a ordem a partir desse fenômeno, a divisão.

Perdoe-me Vossa Excelência, mas não há incongruência.

O SENHOR MINISTRO EROS GRAU (RELATOR): - Eu não quis dizer que houvesse incongruência. Apenas quis dizer que me vali disso. E, também, levei em conta o disposto no parágrafo único do art. 1.791:




MS 26.129 / DF

"Parágrafo único. Até a partilha, o direito dos co-herdeiros, quanto à propriedade e posse da herança, será indivisível, e regular-se-á pelas normas relativas ao condomínio."

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - O Estatuto da Terra, norma específica, alusiva inclusive à reforma agrária, à desapropriação, é no sentido de se considerar cada parte como individualizada.

O SENHOR MINISTRO EROS GRAU (RELATOR): - Só para efeito de tributação, para evitar a solidariedade tributária.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - É a interpretação que dá Vossa Excelência, mas não é a que eu dou, deixando de distinguir onde a norma não distingue.



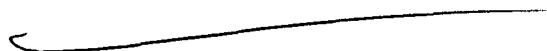
14/06/2007

TRIBUNAL PLENO

MANDADO DE SEGURANÇA 26.129-3 DISTRITO FEDERALV O T O

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO: Peço vênica, Senhora Presidente, para **conceder** o presente mandado de segurança, **na linha** do entendimento que externei **no julgamento** do MS 24.573/DF, **quando** fiquei vencido na honrosa companhia de Vossa Excelência e na dos eminentes Ministros MARCO AURÉLIO e GILMAR MENDES.

É o meu voto.



/Fr.

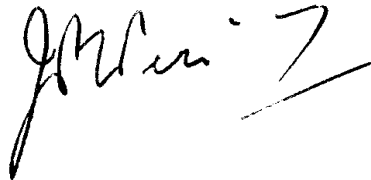
14/06/2007

TRIBUNAL PLENO

MANDADO DE SEGURANÇA 26.129-3 DISTRITO FEDERAL

V O T O

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - Senhora Presidente, sem a pretensão de convencer nenhum dos Colegas, reporto-me ao voto proferido no MS nº 24.573 para denegar a segurança.



Nc.

14/06/2007

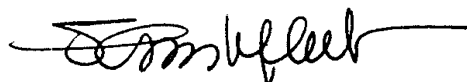
TRIBUNAL PLENO

MANDADO DE SEGURANÇA 26.129-3 DISTRITO FEDERAL

V O T O

A Senhora Ministra Ellen Gracie (Presidente): Peço vênua ao eminente Ministro-Relator e àqueles que o acompanham para também manter-me na divergência inaugurada naquele antigo Mandado de Segurança nº 24.573.

Entendo que o princípio da *saisine* ainda prevalece no Direito brasileiro.



PLENÁRIO**EXTRATO DE ATA****MANDADO DE SEGURANÇA 26.129-3**

PROCED.: DISTRITO FEDERAL

RELATOR : MIN. EROS GRAU

IMPTE.(S): JOSÉ VERAS DE SIQUEIRA E OUTRO(A/S)

ADV.(A/S): JOSÉ ITAMAR DE LIMA CARVALHO E OUTRO(A/S)

IMPDO.(A/S): PRESIDENTE DA REPÚBLICA

ADV.(A/S): ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

Decisão: O Tribunal, por maioria, indeferiu a segurança, nos termos do voto do Relator, vencidos os Senhores Ministros Gilmar Mendes, Marco Aurélio, Celso de Mello e a Presidente, Ministra Ellen Gracie, que a concediam. Ausentes, justificadamente, o Senhor Ministro Joaquim Barbosa e a Senhora Ministra Cármen Lúcia. Plenário, 14.06.2007.

Presidência da Senhora Ministra Ellen Gracie. Presentes à sessão os Senhores Ministros Sepúlveda Pertence, Celso de Mello, Marco Aurélio, Gilmar Mendes, Cezar Peluso, Carlos Britto, Eros Grau e Ricardo Lewandowski.

Vice-Procurador-Geral da República, Dr. Roberto Monteiro Gurgel Santos.


to Luiz Tomimatsu
Secretário